



Ao fim da audiência, secretário da Casa Civil, Eron Giordani, e cinco deputados de cinco partidos diferentes

Jogo jogado

Na última segunda-feira (19), a Assembleia Legislativa de SC (Alesc) promoveu uma audiência pública com 32 entidades a fim de ouvir sugestões de alteração à reforma da Previdência. Por causa da pandemia e dos protocolos, o número de participantes foi limitado, o que fez a sessão transcorrer sem grandes emoções, diferentemente de outros tempos: a primeira tentativa de realizar uma reforma, em 2020, foi marcada pela lentidão da tramitação e por uma audiência volumosa, com vaias, aplausos e mais pressão. Nos bastidores, membros do governo se referiam às manifestações dos servidores como “oportunidade de falar aos seus” e momento “pro forma”. Os próprios líderes sindicais, antes mesmo da audiência iniciar, já davam o evento como “jogo jogado” e sem esperanças de conquistar alguma alteração. Segundo eles, o governo não dava sinais de que poderia ceder em alguma questão - pelo menos não admitia aos sindicatos e associações. O futuro, para muitas dessas entidades, será tentar judicializar um ou outro ponto. No fim, durante a janela de fala dos deputados, não havia mais ninguém na plateia e coube a poucos opositores ocuparem os microfones - a base de governo preferiu o silêncio. Após a discussão pública, a negociação volta aos gabinetes para busca do consenso.

CARA METADE

O governo do Estado assume duas mudanças principais na proposta, a retirada da alíquota extraordinária e a redução do tempo de pedágio para a transição entre regimes de Previdência. A intenção é de que a Assembleia seja protagonista da alteração, com a bênção do Executi-

vo, e deixe sua contribuição favorável à aposentadoria do servidor. Jogada tradicional da política: exige muito no início para depois ceder. Neste sentido, a proposta terá rosto do governo e do Parlamento, mas não será possível dizer que a reforma é filha de um ou de outro.

▪ **NEM SÓ** de cortes de verbas para BRs e baixo orçamento para a infraestrutura vive a relação governo federal - Santa Catarina. Também é preciso acrescentar que o Estado pediu doses extras de vacinas para o inverno e não recebeu. Da mesma forma, pediu reforço no quantitativo de imunizantes para cobrir todos os trabalhadores industriais após erro na estimativa e também teve o pedido negado.